



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA INCLUSÃO SOCIODIGITAL: uma contribuição para a Cidadania no campo

Arlindo de Araujo Pitombo
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA)
e-mail: arlindo.pitombo@gmail.com

Maria de Fátima Hanaque Campos
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
e-mail: fatimahanaque@hotmail.com

Introdução

A revolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC), a partir da segunda metade da década 1960 e meados dos anos 1970, configura-se ainda em um desafiador paradigma a ser enfrentado. A grande velocidade com que as evoluções e inovações tecnológicas vêm ocorrendo, notadamente nas (TIC), criam impactos geradores de iniquidades e desequilíbrios na sociedade, cujos sujeitos necessitam desenvolver novas habilidades para lidar com este novo paradigma tecnológico então posto.

Neste contexto da sociedade da informação e conhecimento, há esta possibilidade de revalorização do sujeito pelas características que lhe são inerentes como a capacidade de pensar, criar e inovar proporcionando a criação de conhecimento novo, em um processo cíclico de inovação e criação, características também presentes no capitalismo informacional. Contudo, já não parece possível fazê-lo, na dimensão demandada pelo ambiente histórico em foco, sem a utilização das máquinas e softwares pelo homem, em sua relação quase simbiótica.

Considerando-se o contexto da Era da informação e da Sociedade do Conhecimento, este trabalho propõe-se a analisar como a Gestão do Conhecimento poderia contribuir para a efetividade da política de inclusão sóciodigital nos meios rurais da Bahia, tendo como foco, a busca das comunidades envolvidas, pela cidadania e desenvolvimento. O Governo do Estado da Bahia inicia seu programa de inclusão sóciodigital a partir de 2004 com os Infocentros, denominados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Informação - SECTI, como Centros Digitais de Cidadania (CDC), distribuídos hoje por todo o Estado. Nos CDC - computadores com acesso à



Internet através de banda larga e equipados com software livre - possibilitou gratuitamente, ao cidadão, especialmente o de baixa renda, o livre acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Inicia-se este estudo contextualizando-se o desenvolvimento e a idéia de sustentabilidade, cuja relação entre si, parece indissociável, entretanto, ainda se observa esta associação apresentada de forma restrita, seja ao aspecto ambiental, seja ao econômico. Em seguida traz-se a Gestão Social do Conhecimento (GSC) com algumas noções sobre inovação aplicada, por se tratar de um dos principais produtos esperados pela Gestão do Conhecimento nas organizações, sejam públicas ou privadas. A produção sucessiva de novo conhecimento, que gere valor agregado, é fator crítico de sucesso. Por fim, apresenta-se a idéia da Rede Estruturada de Gestão Social do Conhecimento (REGSC), proposta para as comunidades colaborativas e solidárias do campo as quais produziriam a partir do resultado de trabalho imaterial - novos conhecimentos e tecnologias - formando assim o ciclo produtivo do conhecimento. As conclusões são trazidas de forma parcial considerando que a pesquisa está ainda em andamento.

1. Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento

O formato da análise dos vários contextos históricos do desenvolvimento e suas respectivas formas de ser interpretado, contribuem para se encontrar enfoque a ser utilizado na Sociedade do Conhecimento. Fischer (2002) traz uma perspectiva evolutiva para o conceito de desenvolvimento, apresentando a era industrial no século XX como início de um processo gradual de mudança social.

Interessa trazer uma discussão sobre desenvolvimento sustentável, conceito utilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta que se originou da Organização para a Cooperação Econômica (OECE), a qual nasceu da necessidade de reconstrução da Europa após 2ª guerra. Composta majoritariamente por países desenvolvidos e com altos índices de IDH, a OCDE parece manter um viés economicista na sua perspectiva de desenvolvimento, mesmo quando demonstra sua tentativa na evolução do conceito ao agregar-lhe a sustentabilidade.



Há dois pontos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, o reconhecimento de que a economia cresce por si só, não é suficiente para resolver os problemas do mundo: os aspectos econômicos, sociais e ambientais de qualquer acção encontram-se interligados. (OCDE, 2008, p.2).

A idéia de sustentabilidade parece indissociável do conceito de desenvolvimento, entretanto, ainda se observa esta associação realizada de forma restrita, seja ao aspecto ambiental, seja ao econômico. Aliada a esta visão focada do conceito de desenvolvimento sustentável, a OCDE parece manter um forte viés neoliberal no cerne do seu discurso e políticas aplicadas aos Países membros.

Esta noção de sustentabilidade parece melhor apresentada quando associada à idéia de interligação de aspectos não só econômicos, sociais e ambientais, utilizados pela OCDE (2002), mas em todos os outros que envolvam o Homem individual e coletivo, em sociedade.

Uma evolução desta perspectiva de interligação, também é apresentada por Fischer (2002, p.4), segundo a qual, nos anos 1990, o conceito de “desenvolvimento” foi sendo utilizado mais frequentemente com o termo “integrado”, a cumprir uma necessidade de agregar dimensões sociais e ambientais. Estas dimensões também estariam descritas no conjunto de objetivos que devem compor uma estratégia de desenvolvimento na visão de Sicsú (2008) composto por instrumentos tecnológicos, infraestrutura de moradia, educação e saúde, políticas de distribuição de renda e de seguridade social, no qual “O Estado de bem-estar social é o conceito que resume esse conjunto de realizações” em (SICSÚ, 2008, p.1).

A idéia de Sicsú (2008) sobre um Estado de Bem Estar Social, parece cumprir um papel evolutivo do conceito de Desenvolvimento, a aproximar-se da perspectiva de atender às comunidades aqui estudadas. Entretanto, reconhecer a “centralidade no Homem”, tendo suas liberdades respeitadas e protegidas, como estratégia geradora e potencializadora das possibilidades de desenvolvimento sustentável e não apenas, as empresas, a economia, o meio ambiente, mercado ou até o Estado - embora estes não possam ser relegados - parece ser a tônica mais adequada a ser considerada na evolução do conceito de desenvolvimento na sociedade do conhecimento.

Cruz (2002) trata de conexões entre conhecimento e desenvolvimento surgido no início do século XXI, sobrepondo as vantagens comparativas da terra, clima e baixos



salários como instrumentos de atração de investimentos e de desenvolvimentos. A visão deste para o estudo apresentado é estratégica na medida em que apresenta o conhecimento como “variável de destaque para o desenvolvimento“. Desta forma, fica mais clara a importância crítica do seu gerador, o homem, reforçando assim a proposta da centralidade deste para a evolução e exercício efetivo do conceito de desenvolvimento.

Entretanto, tal perspectiva de centralidade no Homem não parece tão próxima dos órgãos internacionais que tanto influenciam nossas políticas de desenvolvimento. Um exemplo que mais se aproxima pode ser visto no PNUD. Mesmo com a influência de Amartya Sen - um dos seus ilustres colaboradores, que contribuiu ainda para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, não conseguiu chegar e atuar suficientemente próximo a um conceito de desenvolvimento sustentável mais focado no Homem.

Pode-se observar então, um *gap* entre a teoria e a prática no discurso do PNUD sobre o desenvolvimento em uma perspectiva efetivamente mais humanista. O impasse provocado por este *gap* na aplicação do conceito, assim como a visão economicista que ainda o impregna, nos remete ao pensamento de Santos (2005) sobre a falência do paradigma do desenvolvimento e a busca de novos modelos alternativos.

Contudo, ainda que pareça instigadora a perspectiva apresentada por Santos (2005), observa-se prevalecer até então, conforme Souza (1997, p.16), um “reducionismo economicista”, sob o manto do qual, não se vislumbrou grandes ampliações humanísticas.

Assim, a perspectiva de desenvolvimento a ser perseguida neste estudo aponta para uma abordagem mais inclusiva com enfoque mais humanista. Este enfoque parece agregar uma maior sustentabilidade (em sentido amplo) ao desenvolvimento no contexto de uma sociedade do conhecimento, considerando as características desta, no que concerne à imaterialidade do trabalho e à centralidade do homem, este como responsável pela construção de conhecimento. Assim, tem-se como possível reflexo, uma revalorização do homem (pós Era industrial) como agente indissociável das características citadas da sociedade do conhecimento.



Assim sendo, também não se poderão relegar possíveis efeitos negativos do mesmo processo como uma exclusão sóciocognitiva dos sujeitos individuais e coletivos, em seu direito básico à informação e ao conhecimento, assim como sua criação e gestão com as ferramentas tecnológicas de então. Sujeitos excluídos ao lhes serem negados a autonomia e liberdade, conquistadas ou a serem conquistadas através de novos recursos cognitivos como a Gestão do Conhecimento, como proposta neste estudo e possibilitados pela evolução das TIC. Esses recursos cognitivos e suas TIC são visceralmente necessários ao desenvolvimento desses sujeitos na sociedade do conhecimento – em seu meio ambiente, economia, política, cidadania - na Era da Informação.

A restrição na aquisição de produtos e serviços na vertente econômica da sociedade do conhecimento se manifesta, basicamente, pelo cerceamento à liberdade de acesso a conhecimentos, redes de mercados virtuais reais na *Web*, para compra e venda de produtos, serviços e insumos à produção. Obter informação com facilidade e qualidade, assim como poder criar redes sociais de conhecimento com seus pares e outras fontes de criação de conhecimento e informação, pode traduzir-se em grande liberdade de escolha e oportunidades. Nesse sentido, incluem-se os grupos dos “pequenos agricultores e sofridos produtores sujeitos à organização e restrições tradicionais”, mencionados por (SEN, 2000, p.22).

Ainda neste diapasão, o autor também não relega a economia em sua construção epistemológica, analisando as influências das “possibilidades de produção” na geração de alimento pelo indivíduo, possibilitados por tecnologia disponível e pelo potencial das pessoas para organizar efetivamente seus conhecimentos (SEN, 2000, p.191). Contudo, é na liberdade e autonomia do Homem, individual e coletivo, possibilitados pelo acesso incondicional deste aos meios cognitivos da Sociedade do Conhecimento, que se fortalece a construção do perfil de desenvolvimento aqui proposto.

Assim, acrescentam-se aqui as idéias de Robert D. Putnam sobre Capital Social como diferencial para o desenvolvimento. Seu estudo sobre as diferenças espaciais entre o Norte e o Sul da Itália nas dimensões de democracia, de desenvolvimento econômico e de capital social, contribuiu sobremaneira para a compreensão e análise de desempenho das instituições democráticas. Assim sendo, Putnam (2007, p.162-172)



também demonstrou a contribuição da “vida cívica” e suas tradições para o desenvolvimento econômico, permitindo inferir a contribuição do contexto cultural.

A perspectiva do Capital Social, baseada na cultura do Homem, em grupo ou redes, parece ter grande importância no contexto do tipo de Desenvolvimento aplicável ao modelo de Gestão Social do Conhecimento proposto neste estudo. Putnam (2007, p.162), analisa o desenvolvimento como sendo econômico, sócio-econômico ou ainda institucional, contudo, considera “tradições cívicas” como grandes responsáveis pelo resultado apresentado por este desenvolvimento. Esta condição reforça a idéia de que centralidade no Homem parece ser a tônica aceitável a nortear uma perspectiva de desenvolvimento sustentável em uma dimensão mais ampla e inclusiva que se possa aplicar na Sociedade do Conhecimento.

2. Gestão Social do Conhecimento

No contexto econômico da Sociedade do Conhecimento, as estratégias organizacionais de mercado estão cada vez mais direcionadas à variável Inovação, de forma a compor a sua postura estratégica neste meio, a se manter em ambiente hipercompetitivo incitado pelo Capitalismo Informacional. Assim sendo, os métodos produtivos intensivos em criatividade, informação e conhecimento são os principais processos socioeconômicos que determinam o poder da diferenciação, inovação e geração de valor agregado ao produto ou serviço na Economia do Conhecimento.

O conhecimento científico e tecnológico - sempre em renovação - torna-se então para os sujeitos da sociedade civil o instrumento básico de sobrevivência econômica e social nesta Era.

Assim a Sociedade Civil tem sido provocada por constantes inovações tecnológicas a responder com proficiência a um modelo de atualização de conhecimentos, que vem perdendo conexão entre as gerações há um determinado tempo. Este *Gap* cognoscitivo é a marca da Era atual onde o conhecimento se torna um diferencial entre as diversas classes sociais e econômicas.

O *Gap* mencionado torna-se desproporcionalmente significativo quando trata do homem do campo ou comunidades rurais onde, geralmente, se encontram os menores



Índices de Desenvolvimento Humano – IDH e comunidades ainda mais distantes dos processos cognitivos que se utilizam das novas ferramentas tecnológicas.

Entretanto, observa-se que urge tratar o assunto sob uma perspectiva mais libertadora, auto-suficiente e geradora de auto-estima para os sujeitos das comunidades envolvidas. Evidencia-se a questão, quando Arroyo (1982) apud Campos (2008, p.4) afirma que o homem do campo deve ser visto como um cidadão-trabalhador historicamente excluído dos seus direitos básicos, mas que vem tomando consciência dessa exclusão.

Em uma percepção – conforme ideal utilitarista de Stuart Mill, em Thiry-Cherques (2008) - sobre economia do Conhecimento, de que saber utilizar estrategicamente suas ferramentas, objetivando resultados efetivos e auto-sustentáveis referentes à atividade produtiva de uma comunidade parece ser fator crítico de sucesso na promoção do exercício do seu desenvolvimento e da sua cidadania. Podendo ser resultante da autonomia e do empoderamento dos sujeitos envolvidos no processo, a cumprir um papel de sobrevivência, quicá de protagonismo, nas constantes transformações e desafios que esta Sociedade da Informação e do Conhecimento lhes tem apresentado.

Contudo estes desafios passam, em grande parte, pela liberdade de acesso, incondicionalmente amplo e de qualidade, aos atuais caminhos que nos levam à informação e conhecimento, cujo mais importante parece ser a internet, a qual se configurou num grande “provedor” de recursos de interatividade.

Entretanto, a internet parece ser então a panacéia, a solucionar todos os males, reduzindo as desigualdades sociais através da democratização da informação. Contudo, percebe-se a negação desta liberdade do acesso às tecnologias de informação e comunicação para parte da população do globo o que, no mínimo, configura uma vil e irreparável forma de controle político, econômico e ideológico dos segmentos excluídos destas populações. Diz-se “irreparável”, pois, o contexto do retardo na inserção sistêmica destes recursos pode provocar efeitos irreparáveis no tempo, contado em gerações, sabendo-se que é mais fácil aos jovens se adaptarem a estas novas tecnologias de informação e comunicação - pois já nasceram neste contexto - que as gerações anteriores.



Lamentavelmente, quanto mais postergada for a incorporação das tecnologias às comunidades de forma ampla - extensiva e intensivamente - e homogênea, maior será o tempo de resposta daquela cidade, região ou País, no contexto da sociedade da informação ou economia do conhecimento. Ou seja, menor seria a capacidade cognitiva de articular economicamente em um ambiente competitivo, de se posicionar politicamente e com isto, menor também será sua capacidade de formação de capital social, cidadania e emancipação, reduzindo proporcionalmente suas chances de sucesso na busca da equidade.

Com certeza, os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional, podem interagir de forma decisiva com o novo sistema tecnológico. Este tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de distribuição e recuperação. Segundo Castells (2007, p.69), “potencialmente ubíqua”, considerando-se que todos possam acessá-la, entretanto não se pode afirmar que o aumento da capacidade e velocidade de processamento, assim como a difusão da informação promovam, por si mesmo, um proporcional aumento no alcance das comunidades excluídas do globo.

Sobre aspectos sociais e tecnológicos da Inovação, Andrade (2006) inicia uma argumentação a partir de um breve relato historiográfico e geográfico acerca das atividades de inovação e suas inter-relações com aspectos sociais e tecnológicos. Parte dos anos 80 quando os países constitutivos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) começam a incorporar o conceito de inovação do comércio internacional o qual traz, a reboque, a política industrial e tecnológica.

Observa Andrade que, não obstante o tema inovação esteja mais ligado a aspectos econômicos como competitividade, alguns autores já vislumbram então a necessidade de incluí-lo numa agenda social em contextos locais. Além de ser a Sociedade Civil, sujeito chave de relacionamento com o resultado das inovações tecnológicas, estas devem ser mais bem difundidas tendo na gestão do conhecimento a expectativa de uma das ferramentas para fazê-lo.



O autor resume a idéia de que tecnologia apenas, não faz inovação porque não pensa, não cria ambiente de confiança e solidariedade, não elabora raciocínio para criação de conhecimento novo, como diz Senge (1999) em um processo espiralado de: tese, antítese, síntese que são características inerentes ao ser humano em grupo ou comunidade. Tal afirmativa traz, em seu bojo, a imponderabilidade da relação entre inovação e sociedade.

Pode-se dizer que para Andrade (2006) há uma tentativa em desmistificar alguns conceitos, aparentemente ensimesmados como Gestão do Conhecimento e Capital Social, contudo parece não explorar melhor a possível contribuição de tais conceitos num viés mais integrado com o tema Inovação e ou sociedade. Possibilidade esta, relativamente factível se, por um momento, deixarmos de lado os conceitos cristalizados e atuarmos com suas várias ferramentas de uma forma mais sinérgica. Não se pode entender cada conceito novo como uma panacéia ou ainda torná-lo inflexível, esta postura pode atrasar o próprio processo de inovação ou de criação de novo conhecimento. Assim, assume-se para este estudo o seguinte conceito de Gestão Social.

“[...] relaciona-se com o conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política”. (TENÓRIO,1998, p.7).

Se considerarmos a importância do conhecimento para o desenvolvimento e cidadania das comunidades, como analisado no contexto atual, poderíamos então inferir a importância estratégica da sua Gestão Social. Assim Gestão Social do Conhecimento¹ (GSC) trás em seu bojo - independente do modelo de desenvolvimento escolhido ou do sistema econômico vigente e ainda como partícipe da sociedade do conhecimento - um princípio de empoderamento dos que se apropriam das suas ferramentas constitutivas em uma perspectiva mais produtiva e duradoura, historicamente falando. O que se espera de uma GSC para as comunidades rurais excluídas e em busca de

¹ Sobre a Gestão Social do Conhecimento (GSC): para este estudo, a GSC objetiva o atendimento das atuais necessidades e desafios das comunidades quanto ao desenvolvimento e a cidadania na sociedade do conhecimento, de forma participativa, aplicando-se técnicas de gestão que impliquem a interatividade dos vários sujeitos em rede, envolvidos nos processos comunitários, legitimando seus conhecimentos, estimulando o convívio e o respeito às diferenças, observando o contexto sociocultural.



desenvolvimento e cidadania é a legitimação do seu conhecimento já existente, assim como de sua capacidade de criar novo conhecimento neste sistema.

Para que não pareça simplista tal colocação, deve-se esclarecer que o sucesso na implementação da GSC tem um caráter muito mais sociocultural e informacional do que apenas tecnológico, ou seja, do ponto de vista apenas de *hardwares* e *softwares* necessários, embora seja condição indispensável, na dimensão desejada.

Paulo Tigre (2006) trata da Gestão da Inovação como instrumento necessário ao ambiente organizacional dos dias de hoje o qual carrega o forte viés da competitividade. Aborda os temas Inovação e Difusão tecnológica como conceitos interdependentes, sob o ponto de vista da efetividade do impacto das inovações no ambiente econômico.

O autor conceitua mudança tecnológica ao tempo em que descreve a importância da iniciativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir dos anos 1960, na criação do processo de medição através do Manual Frascati que continha sistemas de indicadores de inovação. Descreve ainda os tipos de inovação tais como: incremental (pequenos e constantes); radical (grandes, porém, descontínuos); novo sistema tecnológico (impacto em setores) e novo paradigma econômico e seu impactos sócio econômicos.

Assim as inovações incrementais ou radicais geradas em um processo de GSC dos Agricultores Familiares podem contribuir para tornar essas comunidades mais competitivas considerando as variáveis mencionadas e ainda em seus aspectos agrícolas e não agrícolas. Na dialética entre inovação e difusão tecnológica, esta última objetiva o impacto no setor ou na economia como um todo e, de outro lado, a inovação como vantagem competitiva de uma comunidade ou centro de pesquisa, isoladamente, traria benefícios exclusivos para a mesma enquanto não houver maior difusão dessa nova tecnologia.

3. Proposta de Rede Estruturada de Gestão Social do Conhecimento (REGSC).

Um dos grandes desafios para obter níveis sustentáveis de desenvolvimento parece estar no meio rural o qual necessita, com urgência, de um processo indutivo – efetivo, por parte do Estado - para o combate à exclusão Sóciodigital e cognitiva, das Comunidades envolvidas. Os Centros Digitais de Cidadania (CDC), como projeto do



Estado da Bahia para os Territórios de Identidade, parece ser uma oportunidade. Mesmo que pareçam obsoletos no conceito e ainda incipientes em sua efetividade - e não na quantidade - de se introduzir mecanismos sócioinformacionais no campo a cumprir um papel coadjuvante nos processos cognitivos atuais.

A investigação deste trabalho de pesquisa foi desenvolvida através de processo predominantemente qualitativo subsidiado pelo quantitativo, em uma perspectiva exploratória de caráter analítico, documental e indutivo, análise documental e de entrevistas semi-estruturadas. Utilizou-se como instrumentos, pesquisas bibliográficas, documentais, eletrônicas e como pesquisa de campo, questionário eletrônico elaborado através da planilha do *Googledocs*, enviado e recebido via Web. Os sujeitos principais da amostragem foram os gestores e monitores dos Centros Digitais de Cidadania (CDC) na Bahia, de forma a entender suas percepções sobre o objeto estudado, desta forma gerando um perfil atualizado dos CDC no Estado. Ao iniciar-se a análise de dados da pesquisa de campo, descreveu-se o perfil e situação atual destes CDC, detectando-se demandas e carências que possibilitam observar diferenças entre a teoria e a prática do programa de inclusão sócio digital.

Assim, considerando-se que para o programa Cidadania Digital da SECTI é condição básica que cada CDC tenha uma internet banda larga, o resultado encontrado na pesquisa junto aos seus monitores e gestores, apresenta um indicador interessante: setenta e dois por cento (72%) – tendo 48% de internet normal, somado aos 24% que não possuem qualquer tipo de internet - encontram-se fora do escopo do programa, portanto, sem condições de exercer suas atribuições junto a comunidade.

Desta forma, encontram-se ameaçadas, algumas possibilidades de inserção dos sujeitos comunitários, neste novo contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento, através do mecanismo sócio-informacional das redes virtuais reais de relacionamento integradas à Gestão Social do Conhecimento. Este mecanismo poderia proporcionar possibilidades a auto-introdução das comunidades da Agricultura Familiar e Projetos de Assentamento de Reforma Agrária nesta Sociedade em Rede de forma sustentável em termos de desenvolvimento e cidadania.

Neste contexto, as relações colaborativas e solidárias, propostas para as comunidades do campo que formariam uma Rede Estruturada de Gestão Social do



Conhecimento (REGSC), produziriam - a partir do resultado de seu trabalho imaterial - novos conhecimentos e tecnologias, formando assim o ciclo produtivo do conhecimento.

Nota-se que, neste contexto, a Gestão Social do Conhecimento já poderia ter lugar para agregar valor ao processo de organização destes “eixos da transformação tecnológica” com um método estruturado. Procurando desenvolver, dentre outras qualidades, a capacidade dos sujeitos de aprender e criar novo conhecimento, individualmente ou grupo e principalmente, em rede, o que aconteceria em seguida.

No momento, as fontes de informação e conhecimento científicos ligados à Agricultura Familiar encontram-se ainda fragmentadas e possivelmente ensimesmadas, intencionalmente ou não, ainda que em repositórios do Estado. Esses ligados a instituições de produção de conhecimento tecnológico como no caso da EMBRAPA, CEPLAC, EBDA e Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Não obstante a informação e o conhecimento não deveriam ter impedimentos legais para circular, impostos ou não pelo capital, tal circulação ainda não acontece de forma estruturada e multidirecional ou em rede para o caso estudado.

Faz-se necessário um projeto mais amplo e Estatal – uma Política Pública - que propicie e fomenta a difusão e troca destas informações e conhecimentos, advindos ou não de pesquisas de cada órgão e de agricultores familiares, em uma relação não só bidirecional, mas multidirecional. Desta forma, como na Rede Social aqui proposta e que deve ser induzida pelo Estado e ter os seus repositórios de conhecimento aberto para a mesma, proporcionando um ambiente de múltiplas trocas promovendo a criação de conhecimento novo a estimular o seu ciclo produtivo.

O homem do campo, que no meio rural parece compor a “sociedade dos excluídos da informação e do conhecimento”, começa a exercer uma importância surpreendente no âmbito nacional, considerando o cenário global de alta competitividade, de escassez de alimentos e conseqüente alta de preço destas *commodities*. Neste contexto, Toscano (2008) afirma que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentaram dados que revelam que



aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Observa-se que este resultado é estimulado pelo Estado o qual percebe a importância estratégica da Agricultura Familiar, não só para a balança comercial do País como para a segurança alimentar e para a regulação de preços internos. Para tanto, se utiliza, entre outros, de organismos institucionais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA), além da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esta última tem como dois de seus nove objetivos específicos o foco na valorização e divulgação do conceito da Agricultura Familiar para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural e a promoção de valor agregado aos produtos do agricultor familiar. O Estado necessita de parceiros nesta tarefa.

A utilização do capital intelectual envolvido com a Agricultura Familiar aplicado a um sistema de Gestão Social do Conhecimento poderia embasar estes objetivos de forma sustentável, contribuindo para a eficiência, eficácia e efetividade na implementação de Política Pública de forma sustentável tendo o homem do campo como centro em torno do qual todo o processo se desenvolveria.

No mais das vezes, a captura, criação e disseminação de informação e de conhecimento existente no campo ou para este - seja de caráter técnico da Agricultura Familiar, seja de aspectos não agrícolas desta - parece dar-se de forma não muito estruturada ou até descontinuada. Também parece apresentar baixo grau de criação de novo conhecimento, troca e disseminação deste, seja entre as comunidades, seja entre as instituições ou ainda entre todos nesta rede. O fluxo melhor percebido parece ser entre os extensionistas rurais - que representam os organismos governamentais de pesquisa e fomento - e os agricultores familiares. Tal fluxo parece reconhecer o domínio de informação e conhecimento ainda resguardado às instituições governamentais mencionadas, ratificando uma relação patriarcal de poder.



Saber utilizar estrategicamente o conhecimento, objetivando resultados efetivos e auto-sustentáveis, referentes à Agricultura Familiar parece ser fator crítico do seu sucesso, econômico e emancipatório, a promover o exercício da cidadania participativa e Inclusão Social no meio rural. Neste contexto, a Gestão Social do Conhecimento, estruturada em rede com as comunidades de agricultores familiares, junto às instituições detentoras das bases de conhecimento como o MDA, EMBRAPA, CEPLAC, EBDA, e a universidade como gestora do conhecimento, podem trazer contribuições efetivas e decisivas, para o desenvolvimento equânime destas comunidades.

Pode-se dicotomizar os conceitos de Inclusão Digital e Gestão Social do Conhecimento, percebendo-se que o primeiro tem uma aura de concessão de um desejo ou direito de acessibilidade solicitadas ao poder vigente ou até ofertadas por este a cumprir papel político para comunidades rurais. O segundo possibilita aquilo que pode ser compreendido como o “*empowerment*” em (CARVALHO, 2004, p.1088-1095). Com quase o mesmo efeito, poder-se-ia chamar simplesmente de empoderamento para os envolvidos, proporcionando-lhes assim, perspectiva e autonomia sobre seu futuro.

Todavia essa dicotomia não apresenta os conceitos de Inclusão Digital e Gestão Social do Conhecimento de forma excludente e até mesmo infere-se a relação de complementaridade dos mesmos. Outrossim, enquanto a Inclusão Digital se torna condição necessária - não obstante conceitualmente não imprescindível - para a implementação do sistema de Gestão Social do Conhecimento, esta relação se faz peremptória na amplitude do ambiente digital e arquitetura em rede, propostos aqui para os CDC.

No entanto, pondera-se aqui a relação de poder existente entre o cedente e o cessionário dos serviços de Inclusão Digital. O cessionário aqui, as comunidades rurais podem se tornar ativas nesta relação de poder em duas situações: a) quando se negarem a receber um CDC, sob a alegação de que o objeto da proposta, em si mesmo, não promove Inclusão Digital; b) quando demandarem condições de autonomia para a comunidade, voltadas à sua formação, baseada em suas competências, aliada às ferramentas e logística e ainda sintonizadas com os conceitos de liberdade e *empowerment*.



4. Considerações finais

O fator crítico de sucesso para o desenvolvimento das comunidades envolvidas no projeto de Inclusão Sociodigital com Gestão Social do Conhecimento está no processo de aprendizagem em comunidade a partir de conhecimentos voltados para sua área de atuação. Qual seja a Agricultura Familiar, de forma contínua, solidária, interativa, grupal, sócio-contextual e sócio-construtivista, que estimule sua evolução, desempenho, produtividade, autonomia, auto-estima elevada, emancipação, enfim, aspectos que contribuam para a busca de desenvolvimento e cidadania no campo.

A REGSC serviria como instrumento a subsidiar a captura, o armazenamento, a troca, a difusão e criação de novo conhecimento, e assim contribuir para gerar novas tecnologias sociais, na busca por eficiência, eficácia e efetividade para a Agricultura Familiar e Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Tem-se assim o homem do campo como centro do processo, invertendo a relação de poder até então estabelecida. Trata-se da perspectiva de quebra do paradigma hegemônico, existente nas macro e microrrelações de poder inter e intra comunidades, incluindo-se o Estado e o Mercado.

Assim, a análise inicial dos resultados da pesquisa aponta para a confirmação da hipótese de contribuição da Gestão Social do Conhecimento nos CDC. Estruturada em rede, envolvendo as comunidades de interesse, centros de pesquisa e universidades, a REGSC pode trazer contribuições efetivas, tanto para a inclusão sócio-digital, como para a busca pela cidadania e ainda, para o desenvolvimento equânime e sustentável das comunidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thales Novaes de. **Aspectos sociais e tecnológicos das atividades de inovação**. Lua Nova, São Paulo, 66: 139-166, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n66/29087.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2011.

CAMPOS, E. P. Medeiros. O ensino rural: uma discussão das especificidades. 2000. p,4. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/P0598836651397.doc>>. Acesso em: 15 jun 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

16

CARVALHO, Sérgio R. **Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde.** Cad. Saúde Pública, Julh/Ago. 2004, vol.20, n.4, p.1088-1095.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. A Sociedade em Rede. Vol. 1, 6. ed. São Paulo. Paz e terra, 2007.

CRUZ, Carlos H Brito. **Conhecimento e desenvolvimento sustentável.** 2002. Estado de S. Paulo. Espaço Aberto. Disponível em:
<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/oesp_13112002.htm>. Acesso em: 26 abr. 2011.

FISCHER, Tânia. **A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:** agenda em aberto e propostas de qualificação. In VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em:
<http://unpan1.un.org/intradoc/images/docgifs/unp_icon_lati_CLAD.gif>. Acesso em: 30 mai. 2011.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **O CIDADÃO COMO PARCEIRO:** manual da OCDE sobre informação, consulta e participação na formulação de políticas públicas. Brasília, MP, SEGES. 2002. p.5.

PUTNAM, Robert D. **COMUNIDADE e DEMOCRACIA:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. reimpressão. Ed. FGV, 2007. p,162-172.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4, ed. 4, reimpressão. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo. Companhia da Letras. 2000.

SENGE, Peter. **A QUINTA DISCIPLINA:** arte e prática da organização de aprendizagem. Uma nova e revolucionária concepção de liderança e gerenciamento empresarial. São Paulo: Best Seller, 1999.

SICSÚ, João. **Fim do neoliberalismo e o desenvolvimento.** 2008, p.1. Disponível em:
<www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/sicsu020508.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. Rio de Janeiro. Revista Território, ano II, nº3, Jul/Dez, 1997,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

17

p.16. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_3_souza.pdf>.
Acesso em: 10 jun. 2011.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **GESTÃO SOCIAL**: metodologia e casos. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getulio Vargas. 1ª ed. 1998, p.7. Disponível em:
<<http://www.google.com/search?tbm=bks&tbo=1&hl=pt-BR&q=Gest%C3%A3o+social%3A+metodologia+e+casos&btnG=Pesquisar+livros>>.
Acesso em: 9 jun. 2011.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. **ÉTICA PARA EXECUTIVOS**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2008. 268p. Disponível em:
<<http://books.google.com.br/books?id=IkTCrIv1MLkC>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

TIGRE, Paulo B. **Gestão da Inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. 3. reimpressão. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Ltda, 2006.

TOSCANO, Luiz F. **Agricultura Familiar e seu grande desafio**. artigo escrito para o site da UNESP. 2003. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>.
Acesso em: 28 mai. 2011.